

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XC • Nº 15460

DEFENSORIA PÚBLICA

Natal, 06 de julho de 2023

Subdefensoria Pública-Geral do Estado do Rio Grande do Norte

Edital n. 03/2023 – DPE Assú, de 05 de julho de 2023.

A DEFENSORIA PÚBLICA DE ASSÚ/RN, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA RESOLUÇÃO DE Nº 250/2021-CSDP, DE 19 DE MARÇO DE 2021, E EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DE Nº 149/2021-GDPGE, DE 30 DE ABRIL DE 2021, VÊM TORNAR PÚBLICO O RESULTADO DEFINITIVO DAS ETAPAS 1 E 2 DA SELEÇÃO SIMPLIFICADA PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E A CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA ETAPA 3 (PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA), NOS SEGUINTE TERMOS.

Item 1. Os Recursos interpostos pelos candidatos foram devidamente analisados pela Comissão e obtiveram a seguinte análise e resultados:

A candidata VITÓRIA JÁCOME FERNANDES interpôs recurso sustentando que anexou o documento obrigatório de histórico escolar (ou equivalente) no qual conste o Índice de Rendimento Acadêmico, juntamente com os outros documentos exigidos pelo edital.

Todavia, não merece razão o seu recurso, pois, o edital é claro ao afirmar que um dos documentos de exigência obrigatória era o Histórico ou outro documento emitido pela instituição de ensino, onde foi cursada a graduação, no qual conste o índice de desempenho acadêmico do(a) candidato(a) (art. 10, § 2º, item "2"). Apesar da candidata ter anexado o histórico escolar, no momento da inscrição, verifica-se que neste não consta o Índice de Rendimento Acadêmico, motivo pelo qual foi indeferida a sua inscrição, posto que o IRA é um dos critérios utilizados para fazer a avaliação da 1ª etapa, que possui caráter eliminatório.

O documento em que consta o índice de desempenho acadêmico (declaração) foi apresentado somente no momento do recurso e, em razão do princípio da isonomia entre os candidatos, não é possível aceitá-lo a posteriori, motivo pelo qual indefiro o pleito. Recurso Indeferido

Item 2. Resultado final das Etapas 1 e 2 e convocação para a Etapa 3 (Prova Objetiva e Subjetiva), a teor do que dispõe o art. 13 do Edital nº 001/2023.

1. LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA A ETAPA SUBSEQUENTE DO PROCESSO SELETIVO:

1.1 Candidatos classificados para a Etapa 3 da seleção simplificada, nos moldes do art. 13 do Edital 001/2023 – DPE Assú, de 01 de junho de 2023 (ampla concorrência):

	CANDIDATA(O)	DESEMPENH O ACADÊMICO	N.E.G.	N.E.P.	N.P.	MÉDIA *
1	Samila Emanuela Barbalho Batista da Mota	89,1	100	100	100	9,237
2	Leonardo José Bento da Silva	86,2	100	100	100	9,034
3	Lorena Izabele Lima de Almeida	98	100	0	100	8,86
4	Amós do Vale Moraes	83	100	100	100	8,81
5	Ana Letícia de Oliveira Bezerra Fernandes	96,4	100	0	100	8,748
6	Luiz Paulo de Araújo Sousa	94,7	100	100	0	8,629
7	Ingrid Nataly Fernandes de Sales	93,4	100	0	100	8,538
8	Gregório Vieira da Costa Neto	92,3	100	0	100	8,461
9	Dandara da Costa Rocha	91,9	100	0	100	8,433
10	Fláise Hélen Lopes Rocha	91,4	100	0	100	8,398
11	Gabriel Antônio Gonçalves Coelho de Lira	88,5	100	0	100	8,195
12	Yasmim Leal do Monte	87,7	100	0	100	8,139
13	Laura Beatriz Cunha Moreira	87,7	100	0	100	8,139
14	Fernando Navarro Varela Tinóco	86,7	100	0	100	8,069
15	Diciana Maria Fernandes Diógenes	84,8	100	0	100	7,936
16	Marília Gabriella Caetano de Macêdo	84,6	100	100	0	7,922
17	Mariana Bezerra Matias Lopes	81,7	100	100	0	7,719
18	Antonia Roberta Freire Soares	89,1	100	0	0	7,237
19	Ana Beatriz Tavares Terceiro de Vasconcelos	86,7	100	0	0	7,069
20	Mércia Helena Benevides	86,6	100	0	0	7,062

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XC • Nº 15460

Poder Executivo

Natal, 06 de julho de 2023

2. LISTA DOS CANDIDATOS NÃO CLASSIFICADOS em face do disposto no art. 13 do Edital 001/2022 – DPE Assú, de 01 de junho de 2023.

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)	DESEMPEÑO ACADÊMICO	N.E.G.	N.E.P.	N.P.	MÉDIA*
21	Karidja Bezerra de Oliveira	85,8	100	0	0	7,006
22	Andreina de Oliveira de Sousa	97,8	0	0	0	6,846
23	Alessandra Ferreira dos Santos	81,3	100	0	0	6,691
24	Maria Luiza Medeiros Aderaldo	76,3	0	100	0	6,341
25	Monike Danielly Cunha Machado	83,7	0	0	0	5,859
26	Jessica Patrícia Justino Lopes	81,3	0	0	0	5,691
27	Márcia Camila Fernandes de Oliveira	80,4	0	0	0	5,628
28	Sara Regina Rodrigues da Silva	79,3	0	0	0	5,551
29	Helidiana Catiene Ferreira da Silva	76,9	0	0	0	5,383

3. LISTA DOS CANDIDATOS com inscrições indeferidas por ausência de comprovação dos requisitos estabelecidos no Edital 001/2023 – DPE Assú, de 01 de junho de 2023:

CANDIDATA(O)	MOTIVO DO INDEFERIMENTO
Vitória Jácome Fernandes	Inapta. Não apresentado o documento obrigatório (histórico ou outro documento emitido pela instituição de ensino, onde foi cursada a graduação, no qual conste o índice de desempenho acadêmico do(a) candidato(a)), conforme prevê o art. 10, par. 2º, item 2, do Edital dentro do prazo de inscrições (art. 13, 1, do Edital).

Item 3. Os candidatos cujas inscrições foram deferidas ficam desde já convocados para a Prova Objetiva e Subjetiva (Etapa 3), a realizar-se na Escola Estadual Juscelino Kubitschek, localizada na Rua Cel. Francisco Martins, 80 - Dom Elizeu, Açu - RN, 59650-000, no dia 16/07/2023, domingo, com início às 09h00 e término às 13h00, conforme o disposto no Art. 22 do Edital.

Item 4. Os(as) candidatos(as) deverão comparecer ao local de prova com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido de caneta esferográfica azul ou preta e do seu Registro Geral (Carteira de Identidade ou outro documento equivalente com foto).

Item 5. O candidato só levará consigo o caderno de prova após uma hora do início da prova.

Item 6. Será automaticamente excluído do Teste Seletivo o candidato que:

- apresentar-se ao local de aplicação da prova após o horário estabelecido;
- Não apresentar o documento de identificação conforme o Art. 2º;
- ausentar-se do local de aplicação da prova, durante a realização, sem o acompanhamento do fiscal;
- for surpreendido comunicando-se com outras pessoas, durante a realização da prova, por quaisquer meios;
- permanecer próximo ao local de aplicação da prova após a entrega do seu caderno de prova;
- desobedecer a quaisquer das prescrições contidas no Edital do certame.

Assú/RN, 06 de julho de 2023

Luiz Gustavo de Moura Saraiva

Defensor Público

Coordenador do Núcleo de Assú em substituição

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CIVIL

Parte Geral ou Teoria Geral do Direito Civil. Das pessoas físicas ou naturais. Início e extinção. Personalidade jurídica. Capacidade civil. Teoria das incapacidades. Dos direitos da personalidade. Das pessoas jurídicas. Classificação da pessoa jurídica. Dos bens. Fatos, atos e negócios jurídicos. Defeitos do negócio jurídico e fato ilícito. Inexistência, nulidade e anulabilidade. Prescrição e decadência. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Ato ilícito. Abuso de direito. 2. Do Direito das Obrigações. Das modalidades das obrigações. Da transmissão das obrigações. Da extinção das obrigações. Do Adimplemento. Do inadimplemento das obrigações. Da Mora. Consequência do inadimplemento das obrigações. Perdas e Danos. Juros. Cláusula Penal. Arras. 3. Dos Contratos. Teoria geral dos contratos. Noção de contrato. Elementos dos contratos. Princípios contratuais. Interpretação dos contratos. Da formação dos contratos. Dos vícios redibitórios. Evicção. Do contrato preliminar. Da extinção dos contratos. Da compra e venda. Da doação. Da locação. Locação no CCB e na Lei 8.245/91. Do empréstimo. Do contrato de mandato. Do contrato de transporte. Do contrato de seguro. Da fiança. Classificação e qualificação dos contratos. Cessão dos Contratos. Relatividade dos contratos. Efeito dos contratos. Contratos o Código de Defesa do Consumidor. Teoria da Imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Adimplemento substancial. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento. Solidariedade e cláusula penal. 4. Da Responsabilidade Civil. Pressupostos. Conduta. Nexo causal. Dano. Dano material. Dano moral. Dano estético. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade objetiva. Cláusula geral de responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade civil extracontratual, précontratual e contratual. Responsabilidade civil decorrente do abuso do direito. 5. Do Direito das Coisas. Da posse. Da detenção. Classificação da posse. Composse. Aquisição, sucessão e perda da posse. Efeitos da posse. Autodefesa da posse. Ações possessórias. Da propriedade. Aquisição e perda da propriedade. Dos direitos de vizinhança. Do condomínio. Do direito real de servidão. Do usufruto. Do uso. Da habitação. Usucapião. Propriedade imobiliária. Promessa de compra e venda. Adjudicação compulsória. Função social e ambiental da propriedade. 6. Do Direito de Família. Princípios Constitucionais do Direito das Famílias. Do casamento. Divórcio. Das relações de parentesco. Do regime de bens entre os cônjuges e companheiros. Do usufruto e da administração dos bens de filhos menores. Dos alimentos e alimentos gravídicos. Filiação e Reconhecimento de Filhos. Do bem de família. Da união estável. Separação de Fato. Dissolução de união estável. Das relações homoafetivas e seus efeitos jurídicos. Da tutela e da curatela. Proteção à pessoa dos filhos. Bem de família. Alienação parental. Princípio da paternidade responsável. Poder de família.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Diário Oficial



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XC • Nº 15460

Poder Executivo

Natal, 06 de julho de 2023

instrumentos na nova hermenêutica jurídica processual. Reaproximação do processo em relação ao direito material – efetividade e instrumentalidade. A tutela jurisdicional como novo polo metodológico da ciência processual. Mutação do sistema jurídico brasileiro: evolução do modelo casuístico-formal (Civil Law) para um modelo híbrido influenciado pelos precedentes. Tutela jurisdicional. Jurisdição: conceito político e jurídico. Classificação. Distinção entre a função jurisdicional e as demais funções estatais. Princípios. Classificações. Limites. Equivalentes jurisdicionais. Competência. Conceito, classificação, princípios, critério de fixação (territorial, objetivo e funcional). Distribuição. Modificação de competência. Incompetência: conceito, classificação, efeitos e arguição. Ação Conceito, natureza jurídica. Condições da ação. Componentes. Comparação entre as ações. Cumulação de ações. Processo. Conceito, natureza jurídica. Característica da relação jurídica processual. Princípios. Espécies. Relação com o procedimento. Espécie de procedimentos. Princípios procedimentais. Pressupostos processuais. Formação. Suspensão e extinção do processo. Sujeitos do processo: partes, juízes e auxiliares. Representantes processuais. Substituição e sucessão processual. Curadoria especial. Deveres das partes e seus procuradores. Responsabilidade Civil Processual. Litisconsórcio: conceito, espécies e princípios. Defensoria Pública e Código de Processo Civil de 2015: prerrogativas processuais e regulamentação. Benefício da gratuidade de justiça. Regulamentação no Código de Processo Civil de 2015. Intervenção de terceiros: Conceito, classificações e efeitos. Modalidades de intervenção de terceiro: assistência, denúncia da lide, chamamento ao processo, incidente de desconsideração da personalidade jurídica, amicus curiae, recurso de terceiro. Atos processuais: classificação, princípios. Convenções processuais. Calendário processual. Forma, tempo e lugar dos atos. Prazos processuais: contagem e regras de acordo com o Código de Processo Civil de 2015. Comunicações dos atos. Teoria das nulidades. Do valor da causa. Tutela provisória: teoria geral. Tutela de urgência. Tutela de urgência satisfativa antecedente e incidental. Tutela de urgência cautelar antecedente e incidental. Estabilização da tutela de urgência antecipada de caráter antecedente. Tutela de evidência. Tutela inibitória. Formação, suspensão e extinção do processo. 2. Processo de Conhecimento. Regras que estruturam o procedimento comum no Código de Processo Civil de 2015. Petição inicial: requisitos. Emenda. Complemento. Julgamento Liminar de Improcedência. Audiência de conciliação ou mediação. Resposta do réu e condutas que podem ser adotadas pelo réu. Contestação. Reconvenção. Revelia. Providências preliminares e saneamento do processo. Da audiência de instrução e julgamento. Julgamento antecipado do mérito total e parcial. Da extinção do processo. Teoria geral das provas. Provas em espécie. Sentença e coisa julgada. Liquidação da sentença. 3. Dos processos nos Tribunais e os meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria Geral dos recursos: conceito, princípios fundamentais, natureza jurídica, fundamentos, classificação dos recursos. Recurso principal e recurso adesivo. Outros meios impugnativos. Julgamento dos recursos: juízo de admissibilidade e de mérito. Efeito dos recursos e cessação dos efeitos dos recursos. Direito Intertemporal. Ordem dos processos no tribunal. Julgamento monocrático e colegiado. Incidente de assunção de competência. Incidente de declaração de inconstitucionalidade. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Teoria dos precedentes. Sistema de precedentes do Código de Processo Civil de 2015. Técnicas de superação e afastamento da aplicação dos precedentes. Apelação. Agravo (de instrumento e interno). Embargos de declaração. Embargos de divergência. Recurso ordinário constitucional. Recurso excepcional (extraordinário e especial): juízo de admissibilidade em conformidade com a Lei 13.256/2016. Regras para cabimento, processamento e julgamento dos recursos. Do julgamento dos recursos especial e extraordinário repetitivos. 4. Processo de Execução e Cumprimento de Sentença. Da execução em geral. Das diversas espécies de execução. Da suspensão e da extinção do processo de execução. Execução por quantia certa – autônoma e incidental. Da penhora. Das formas de satisfação do direito do credor: da adjudicação, da alienação por iniciativa particular e arrematação. Execução da obrigação de fazer, não fazer e entregar - autônoma e incidental). Medidas executivas de apoio. Execução contra a Fazenda Pública. Execução de obrigação alimentar. Execução fiscal. Da defesa do devedor no cumprimento de sentença e na execução: impugnação ao cumprimento de sentença. Embargos do devedor. Objeção de pré-executividade. 5. Procedimentos Especiais. Dos procedimentos especiais. Da ação de consignação em pagamento. Da ação de exigir contas. Das ações possessórias. Da oposição. Da habilitação. Da ação de despejo e outras ações da Lei 8.245/91. Do inventário e da partilha. Da interdição. Ações relativas à obrigação alimentar. Ação de investigação de paternidade. Ação negatória de paternidade. Ações de separação e divórcio. Ações relativas às averbações, retificações e anotações no registro civil. Ação de mandado de segurança individual.

DIREITO PENAL

Conceito e características do Direito Penal. 2. Fontes do Direito Penal. Aplicação da lei penal. Lei penal no tempo. Lei excepcional ou temporária. Tempo do crime. Lugar do crime. Interpretação e integração da lei penal. Concurso aparente de normas. Analogia. 3. Princípios constitucionais penais. 4. Tipicidade. Tipicidade formal e tipicidade material. Elementares. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 5. Teoria do erro jurídico penal. 6. Ilícitude. Causas excludentes da ilicitude. 7. Culpabilidade. Causas excludentes da culpabilidade. 8. Arrependimento posterior. 9. Condições objetivas de punibilidade e escusas absolutórias. 10. Concurso de pessoas. 11. Concurso de crimes. 12. Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e de multa. Cominação e aplicação da pena. Efeitos da condenação. Suspensão condicional da pena ("sursis"). Medidas de segurança. 13. Regimes de cumprimento de pena. Progressão e regressão de regime. Livramento condicional. 14. Extinção da punibilidade. Prescrição penal. 15. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a Administração Pública. 16. Crimes tipificados no Código Brasileiro de Trânsito (Lei n.º 9.503/97). 17. Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90). 18. Crimes tipificados na Lei n.º 11.340/06. 19. Crimes tipificados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90). 20. Crimes tipificados na Lei n.º 11.343/06. 21. Crimes tipificados no Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/03).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Sistemas processuais penais. Princípios processuais penais. Princípios constitucionais. Aplicação e interpretação da lei processual. Norma Processual Penal: fonte e eficácia. 2. Perseguição penal. Inquérito policial e outros procedimentos preparatórios da ação penal. 3. Arquivamento e desarquivamento de inquérito policial e peças de informação. 4. Condições da ação. Pressupostos processuais. 5. Ação penal pública. Ação penal privada. Ação penal privada subsidiária da pública. 6. Competência. Jurisdição. 7. Prova. 8. Sujeitos do processo. 9. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação. 10. Teoria geral do procedimento. Procedimento ordinário, sumário e sumaríssimo. Procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/95). Procedimento dos crimes dolosos contra a vida. Procedimento da Lei de Violência Doméstica (Lei n.º 11.340/06). 11. Prisão processual e liberdade. 12. Sentença Penal. Efeitos da condenação. 13. Recursos em matéria criminal e na execução penal. 14. Coisa julgada penal. Preclusão. 15. Revisão criminal.

INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA

Emenda Constitucional nº 80/2014. Lei complementar federal nº 80/94. Lei complementar estadual nº 251/03 com suas alterações posteriores. 2. Jurisprudência aplicada dos Tribunais Superiores.

Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XC • Nº 15460

Poder Executivo

Natal, 06 de julho de 2023



PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SDOE. Para visualizar o documento original clique no link:

<https://deirn.sdoe.com.br/diariooficialweb/#/checar-autenticidade?codigo=GM700QUP6K-A2A3R2TJ9U-P2TH9ZW2VI>.

Código de verificação:

GM700QUP6K-A2A3R2TJ9U-P2TH9ZW2VI



Diário Oficial

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Ano XC • Nº 15460

Poder Executivo

Natal, 06 de julho de 2023